

CESPE - TJ TRE GO/Administrativa/"Sem Especialidade"/2015 (e mais 1 concurso)

Em 1880, o deputado Rui Barbosa, da Bahia, redigiu, a pedido do presidente do Conselho de Ministros, José Antônio Saraiva, o projeto de lei de reforma eleitoral. Em abril de 1880, o Ministério do Império enviaria o documento à Câmara dos Deputados. Aprovado posteriormente pelo Senado, em janeiro do ano seguinte seria transformado no Decreto n.º 3.029 e ficaria popularmente conhecido como Lei Saraiva. Por intermédio dela, seriam instituídas eleições diretas no país para todos os cargos, à exceção do de regente, amparado pelo Ato Adicional.

Naquela época, o voto não era universal: para participar do processo eleitoral, requeriam-se 200 mil réis de renda líquida anual comprovada. Havia, no entanto, a previsão de dispensa de comprovação de rendimentos, que se aplicava a inúmeras autoridades, como, entre outros, ministros, conselheiros de estado, bispos, presidentes de província, deputados, promotores públicos. Praças militares e policiais não podiam alistar-se.

Para candidatar-se, o cidadão, além de não ter sido pronunciado em processo criminal, deveria auferir renda proporcional à importância do cargo pretendido. Deveria, ainda, solicitar por escrito o seu alistamento na paróquia em que fosse domiciliado. Candidatos a vereador e a juiz de paz tinham apenas de comprovar residência no município e no distrito por mais de dois anos; candidatos a deputado provincial, dois anos na província; candidatos a deputado geral, renda anual de 800 mil réis; e candidatos a senador deviam comprovar, além da idade de quarenta anos, a percepção de renda anual de um milhão e seiscentos mil réis.

Uma modificação digna de nota é que, a partir daquela década, os trabalhos eleitorais não seriam mais precedidos de cerimônias religiosas, como era habitual antes da edição da Lei Saraiva. Refletindo a relação entre o Estado e a Igreja, já havia ocorrido que algumas eleições fossem realizadas em templos religiosos; a partir da lei, apenas na falta de outros edifícios os pleitos poderiam ser realizados em igrejas, muito embora fosse possível afixar nelas — como locais públicos que eram — editais informando eliminações, inclusões e alterações nos alistamentos.

Títulos eleitorais: 1881-2008. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, Secretaria de Gestão da Informação, 2009, p. 11-2. Internet: <www.tse.jus.br> (com adaptações).

01) Julgue o item que se segue com base nas ideias do texto.

A partir da entrada em vigor da Lei Saraiva, a Igreja deixou de interferir nas questões de Estado.

() CERTO () ERRADO

02) Julgue o item que se segue com base nas ideias do texto.

As eleições diretas no Brasil tiveram início em 1880.

() CERTO () ERRADO

CESPE - TJ TRE GO/Administrativa/"Sem Especialidade"/2015

O Decreto n.º 1 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, primeiro Código Eleitoral pátrio, instituiu a justiça eleitoral no Brasil, com funções contenciosas e administrativas. Eram seus órgãos: um Tribunal Superior (de justiça eleitoral — o decreto não menciona justiça eleitoral), na capital da República; um tribunal regional, na capital de cada estado, no DF e na sede do governo do território do Acre, além de juízes eleitorais nas comarcas e nos distritos. O Tribunal Superior — de justiça eleitoral — com jurisdição em todo o território nacional, compunha-se de oito membros efetivos e oito substitutos, e era presidido pelo vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF). A ele se somavam dois membros efetivos e dois substitutos, sorteados dentre os ministros do STF, além de dois efetivos e dois substitutos, sorteados dentre os desembargadores da Corte de Apelação do DF. Por fim, integravam a Corte três membros efetivos e quatro substitutos, escolhidos pelo chefe do governo provisório dentre quinze cidadãos, indicados pelo STF, desde que atendessem aos requisitos de notável saber jurídico e idoneidade moral. Dentre seus membros, elegia o Tribunal Superior, em escrutínio secreto, por meio de cédulas com o nome do juiz e a designação do cargo, um vice-presidente e um procurador para exercer as funções do Ministério Público, tendo **este último** a denominação de procurador-geral da justiça eleitoral. Em relação a esse cargo, nota-se uma peculiaridade, à época da criação do Tribunal Superior: o procurador-geral da justiça eleitoral não era o procurador-geral da República, mas sim um membro do próprio tribunal.

As formas de composição do TSE: de 1932 aos dias atuais. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, Secretaria de Gestão da Informação, 2008, p. 11. Internet: <www.tse.jus.br> (com adaptações).

03) Com referência às estruturas linguísticas do texto, julgue o item a seguir.

Na linha 10, a expressão “este último” remete ao último órgão mencionado no período: o “Ministério Público”.

() CERTO () ERRADO

CESPE - Ana MPU/Apoio Técnico Administrativo/Atuarial/2015 (e mais 2 concursos)

Na organização do poder político no Estado moderno, à luz da tradição iluminista, o direito tem por função a preservação da liberdade humana, de maneira a coibir a desordem do estado de natureza, que, em virtude do risco da dominação dos mais fracos pelos mais fortes, exige a existência de um poder institucional. Mas a conquista da liberdade humana também reclama a distribuição do poder em ramos diversos, com a disposição de meios que assegurem o controle recíproco entre eles para o advento de um cenário de equilíbrio e harmonia nas sociedades estatais. A concentração do poder em um só órgão ou pessoa viria sempre em detrimento do exercício da liberdade. É que, como observou Montesquieu, “todo homem que tem poder tende a abusar dele; ele vai até onde encontra limites. Para que não se possa abusar do poder, é preciso que, pela disposição das coisas, o poder limite o poder”.

Até Montesquieu, não eram identificadas com clareza as esferas de abrangência dos poderes políticos: “só se concebia sua união nas mãos de um só ou, então, sua separação; ninguém se

arriscava a apresentar, sob a forma de sistema coerente, as consequências de conceitos diversos”. Pensador francês do século XVIII, Montesquieu situa-se entre o racionalismo cartesiano e o empirismo de origem baconiana, não abandonando o rigor das certezas matemáticas em suas certezas morais. Porém, refugindo às especulações metafísicas que, no plano da idealidade, serviram aos filósofos do pacto social para a explicação dos fundamentos do Estado ou da sociedade civil, ele procurou ingressar no terreno dos fatos.

Fernanda Leão de Almeida. **A garantia institucional do Ministério Público em função da proteção dos direitos humanos**. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2010, p. 18-9. Internet: <www.teses.usp.br> (com adaptações).

04) Com base nas ideias contidas no texto, julgue o item a seguir.

Montesquieu busca a explicação dos fundamentos do Estado ou da sociedade civil de forma análoga à dos metafísicos.

() CERTO () ERRADO

CESPE - Ana MPU/Apoio Técnico Administrativo/Atuarial/2015 (e mais 2 concursos)

A persecução penal se desenvolve em duas fases: uma fase administrativa, de inquérito policial, e uma fase jurisdicional, de ação penal. Assim, nada mais é o inquérito policial que um procedimento administrativo destinado a reunir elementos necessários à apuração da prática de uma infração penal e de sua autoria. Em outras palavras, o inquérito policial é um procedimento policial que tem por finalidade construir um lastro probatório mínimo, ensejando justa causa para que o titular da ação penal possa formar seu convencimento, a *opinio delicti*, e, assim, instaurar a ação penal cabível. Nessa linha, percebe-se que o destinatário imediato do inquérito policial é o Ministério Público, nos casos de ação penal pública, e o ofendido, nos casos de ação penal privada.

De acordo com o conceito ora apresentado, para que o titular da ação penal possa, enfim, ajuizá-la, é necessário que haja justa causa. A justa causa, identificada por parte da doutrina como uma condição da ação autônoma, consiste na obrigatoriedade de que existam prova acerca da materialidade delitiva e, ao menos, indícios de autoria, de modo a existir fundada suspeita acerca da prática de um fato de natureza penal. Dessa forma, é imprescindível que haja provas acerca da possível existência de um fato criminoso e indicações razoáveis do sujeito que tenha sido o autor desse fato.

Evidencia-se, portanto, que é justamente na fase do inquérito policial que serão coletadas as informações e as provas que irão formar o convencimento do titular da ação penal, isto é, a *opinio delicti*. É com base nos elementos apurados no inquérito que o promotor de justiça, convencido da existência de justa causa para a ação penal, oferece a denúncia, encerrando a fase administrativa da persecução penal.

Hálinna Regina de Lira Rolim. **A possibilidade de investigação do Ministério Público na fase**

pré-processual penal. Artigo científico. Rio de Janeiro: Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, 2010, p. 4. Internet : <www.emerj.tjrj.jus.br>. (com adaptações).

05) Conforme as ideias contidas no texto, a existência de prova da materialidade delitiva é suficiente para que se considere a existência de indícios de autoria.

() CERTO () ERRADO

CESPE - Aud Gov (CGE PI)/Geral/2015 (e mais 2 concursos)

Talvez o distinto leitor ou a irresistível leitora sejam naturais, caso em que me apresso a esclarecer que nada tenho contra os naturais, antes pelo contrário. Na verdade, alguns dos meus melhores amigos são naturais. Como, por exemplo, o festejadíssimo cineasta patricio Geraldo Sarno, que é baiano e é natural — pois neste mundo as combinações mais loucas são possíveis. Certa feita, estava eu a trabalhar em sua ilustre companhia quando ele me convidou para almoçar (os cineastas, tradicionalmente, têm bastante mais dinheiro do que os escritores; deve ser porque se queixam muito melhor). Aceito o convite, ele me leva a um restaurante que, apesar de simpático, me pareceu um pouco estranho. Por que a maior parte das pessoas comia com ar religioso e contrito? Que prato seria aquele que, olhos revirados para cima, mastigação estoica, e expressão de quem cumpria dever penosíssimo, um casal comia, entre goles de uma substância esverdeada e viscosa que lentamente se decantava — para grande prejuízo de sua já emética aparência — numa jarra suspeitosa? Logo fui esclarecido, quando meu companheiro e anfitrião, os olhos cintilantes e arregalados, me anunciou:

— Surpresa! Vais comer um almoço natural!

João Ubaldo Ribeiro. A vida natural. In: Arte e ciência de roubar galinha. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

06) Acerca das ideias e das estruturas linguísticas do texto I, julgue o item a seguir.

Infere-se da leitura do texto que, para o autor, os baianos não são naturalmente adeptos da alimentação natural.

() CERTO () ERRADO

CESPE - Aud Gov (CGE PI)/Geral/2015 (e mais 2 concursos)

Uma casa tem muita vez as suas relíquias, lembranças de um dia ou de outro, da tristeza que passou, da felicidade que se perdeu. Supõe que o dono pense em as arejar e expor para teu e meu desenfado. Nem todas serão interessantes, não raras serão aborrecidas, mas, se o dono tiver cuidado, pode extrair uma dúzia delas que mereçam sair cá fora.

Chama-lhe à minha vida uma casa, dá o nome de relíquias aos inéditos e impressos que aqui vão, ideias, histórias, críticas, diálogos, e verás explicados o livro e o título. Possivelmente não terão a mesma suposta fortuna daquela dúzia de outras, nem todas valerão a pena de sair cá

fora. Depende da tua impressão, leitor amigo, como dependerá de ti a absolvição da má escolha.

*Machado de Assis. **Advertência**. In: **Relíquias da casa velha**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986*

07) Julgue o item que se segue, relativo às estruturas linguísticas e aos sentidos do texto II.

Ao leitor é atribuída a tarefa de julgar o valor das relíquias cuja exposição parece afastar o tédio do narrador.

() CERTO () ERRADO

CESPE - Ass Adm (FUB)/2015 (e mais 1 concurso)

Por não estar limitada pelas injunções do mercado é que a universidade pública pode cumprir o seu papel histórico e social de produção e disseminação do conhecimento. Pode também manter com a cultura uma relação intrínseca que se manifesta numa possibilidade de reflexão alheia aos moldes do compromisso imediatamente definido pelas pressões de demanda e de consumo. As universidades públicas que atingiram altos padrões de ensino e pesquisa foram aquelas que optaram pela valorização da dedicação exclusiva e da pesquisa básica, isto é, exatamente aquelas que mantêm, em meio a todas as dificuldades, um grau elevado de independência em relação às injunções imediatas do mercado.

Em relação às ideias e às estruturas linguísticas do fragmento de texto acima, julgue o item que se segue.

08) Infere-se das informações do texto que a valorização da dedicação exclusiva e da pesquisa básica fortalece a independência da universidade em relação às demandas do mercado.

() CERTO () ERRADO

Educação prisional

No Brasil, a educação prisional está garantida por lei. Os mais de 500 mil detentos existentes no país têm direito a salas de aula dentro dos presídios e, a cada doze horas de frequência escolar de qualquer nível (fundamental, médio, profissionalizante ou superior), o preso tem um dia de pena remido. Desde 2012, entre os projetos voltados à recuperação e à reinserção social, está a remição de pena por meio da leitura.

O projeto transforma a leitura em uma extensão da produção de trabalho intelectual, que já caracterizava a remição de pena por dias de estudo. Os detentos têm acesso a mais de cem livros comprados pelo governo e, a partir dessa seleção, eles têm de vinte e um a trinta dias para ler um livro e escrever uma resenha que, se adequada aos parâmetros da lei, como circunscrição ao tema e estética, subtraem quatro dias da pena. Ao todo, os detentos podem

remir até quarenta e oito dias apenas com as leituras. Essa possibilidade, no entanto, ainda é restrita a penitenciárias federais de segurança máxima.

Após um ano de vigência da lei que regulamentou o projeto, dados coletados pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) revelaram os hábitos de leitura nos presídios. Foram feitas 2.272 resenhas, sendo 1.967 aceitas, o que resultou em um total de 7.508 dias remidos. Entre os dez livros mais lidos e resenhados estavam **A Menina que Roubava Livros**, em primeiro lugar, e **O Pequeno Príncipe**, em décimo.

Na visão do coletivo de incentivo cultural **Perifatividade**, o projeto é uma oportunidade de os detentos ampliarem seu universo e perceberem novas dinâmicas de como analisar o mundo, além de ser um incentivo à educação.

Internet: <www.revistaeducacao.uol.com.br> (com adaptações).

09) Julgue o próximo item, referente às ideias do texto **Educação prisional**.

O autor do texto defende a ideia de que a leitura possibilita a ampliação do universo do leitor e a percepção de novas dinâmicas de análise do mundo; por essa razão, o texto pode ser caracterizado como essencialmente argumentativo.

() CERTO () ERRADO

CESPE - TEFC/Apoio Técnico e Administrativo/Técnica Administrativa/2015

Nas sociedades antigas, tanto as leis quanto os códigos eram considerados expressões da vontade divina, revelada mediante a imposição de legisladores que dispunham de privilégios dinásticos e de uma legitimidade garantida pela casa sacerdotal. As leis eram objeto de respeito e veneração, e, por serem asseguradas por sanções sobrenaturais, dificilmente o homem primitivo questionava sua validade e sua aplicabilidade. Escreve H. Summer Maine que algumas experiências societárias, ao permitirem o declínio do poder real e o enfraquecimento de monarcas hereditários, acabaram por favorecer a emergência de aristocracias, depositárias da produção legislativa, com capacidade de julgar e de resolver conflitos. Aquele momento inicial de um direito sagrado e ritualizado, expressão das divindades, desenvolveu-se na direção de práticas normativas consuetudinárias. À época do direito consuetudinário, longo período em que não se conheceu a invenção da escrita, uma casta, ou aristocracia, investida do poder judicial, era o único meio que poderia conservar, com algum rigor, os costumes da raça ou da tribo. O costume aparece como expressão da legalidade, de forma lenta e espontânea, instrumentalizada pela repetição de atos, usos e práticas.

A invenção e a difusão da técnica da escritura, somadas à compilação de costumes tradicionais, proporcionaram os primeiros códigos da Antiguidade, como o de Hamurábi, o de Manu, o de Sólon e a Lei das XII Tábuas. Constata-se, destarte, que os textos legislados e escritos eram melhores depositários do direito e meios mais eficazes para conservá-lo que a memória de certo número de pessoas, por mais força que tivessem em função de seu constante exercício. Esse direito antigo, tanto no Oriente quanto no Ocidente, não diferenciava, na essência, prescrições civis, religiosas e morais. Somente em tempos mais

avançados da civilização é que se começou a distinguir o direito da moral e a religião do direito. Certamente, de todos os povos antigos, foi com os romanos que o direito avançou para uma autonomia diante da religião e da moral.

Antônio C. Walker. **O direito nas sociedades primitivas**. In: Antônio C. Walker (Org.) **Fundamentos de história do direito**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006, p. 19-20 (com adaptações)

10) Conforme as ideias apresentadas no texto, a legislação escrita era mais confiável que a legislação instrumentalizada pela repetição de usos.

() CERTO () ERRADO

[CESPE - TEFC/Apoio Técnico e Administrativo/Técnica Administrativa/2015](#)

Nas sociedades antigas, tanto as leis quanto os códigos eram considerados expressões da vontade divina, revelada mediante a imposição de legisladores que dispunham de privilégios dinásticos e de uma legitimidade garantida pela casa sacerdotal. As leis eram objeto de respeito e veneração, e, por serem asseguradas por sanções sobrenaturais, dificilmente o homem primitivo questionava sua validade e sua aplicabilidade. Escreve H. Summer Maine que algumas experiências societárias, ao permitirem o declínio do poder real e o enfraquecimento de monarcas hereditários, acabaram por favorecer a emergência de aristocracias, depositárias da produção legislativa, com capacidade de julgar e de resolver conflitos. Aquele momento inicial de um direito sagrado e ritualizado, expressão das divindades, desenvolveu-se na direção de práticas normativas consuetudinárias. À época do direito consuetudinário, largo período em que não se conheceu a invenção da escrita, uma casta, ou aristocracia, investida do poder judicial, era o único meio que poderia conservar, com algum rigor, os costumes da raça ou da tribo. O costume aparece como expressão da legalidade, de forma lenta e espontânea, instrumentalizada pela repetição de atos, usos e práticas.

A invenção e a difusão da técnica da escritura, somadas à compilação de costumes tradicionais, proporcionaram os primeiros códigos da Antiguidade, como o de Hamurábi, o de Manu, o de Sólon e a Lei das XII Tábuas. Constata-se, destarte, que os textos legislados e escritos eram melhores depositários do direito e meios mais eficazes para conservá-lo que a memória de certo número de pessoas, por mais força que tivessem em função de seu constante exercício. Esse direito antigo, tanto no Oriente quanto no Ocidente, não diferenciava, na essência, prescrições civis, religiosas e morais. Somente em tempos mais avançados da civilização é que se começou a distinguir o direito da moral e a religião do direito. Certamente, de todos os povos antigos, foi com os romanos que o direito avançou para uma autonomia diante da religião e da moral.

Antônio C. Walker. **O direito nas sociedades primitivas**. In: Antônio C. Walker (Org.) **Fundamentos de história do direito**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006, p. 19-20 (com adaptações).

11) Conforme as ideias apresentadas no texto, nas sociedades antigas, a origem do direito esteve diretamente relacionada ao declínio do poder real exercido por monarcas hereditários e à emergência de aristocracias.

() CERTO () ERRADO

CESPE - TEFC/Apoio Técnico e Administrativo/Técnica Administrativa/2015

A dimensão “ético-filosófica” do liberalismo denota afirmação de valores e direitos básicos atribuíveis à natureza moral e racional do ser humano. Suas diretrizes se assentam nos princípios da liberdade pessoal, do individualismo, da tolerância, da dignidade e da crença na vida. Já o aspecto “econômico” refere-se, sobretudo, às condições que abrangem a propriedade privada, a economia de mercado, a ausência ou minimização do controle estatal, a livre empresa e a iniciativa privada. Ainda como parte integrante desse referencial, encontram-se os direitos econômicos, representados pelo direito de propriedade, o direito de herança, o direito de acumular riqueza e capital. Por último, a perspectiva “político-jurídica” do liberalismo está calcada em princípios básicos como: consentimento individual, representação política, divisão dos poderes e descentralização administrativa, entre outros.

Tendo presente essas asserções genéricas, podemos compreender melhor as ambiguidades e os limites do liberalismo brasileiro, porquanto, desde os primórdios, ele teve de conviver com uma estrutura político-administrativa patrimonialista e com uma dominação econômica escravista das elites agrárias. Emília Viotti da Costa defende que não se deve realçar em demasia a importância das ideias liberais europeias nas convulsões sociais ocorridas no Brasil (Inconfidência Mineira, Revolução Pernambucana etc.) desde fins do século XVIII, pois tais movimentos não chegaram a ter grande alcance ideológico. Para a autora, a nova doutrina era de conhecimento limitado entre determinados segmentos revolucionários. O que importa ter em vista é essa distinção entre o liberalismo europeu, como ideologia revolucionária articulada por novos setores emergentes e forjados na luta contra os privilégios da nobreza, e o liberalismo brasileiro, uma versão mais restrita do liberalismo europeu.

Antonio Wolkmer. **História do direito no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2003, p. 63-4 (com adaptações).

Julgue o item, relativo às ideias do texto.

12) O autor menciona as ideias defendidas por Emília Viotti da Costa como um contraponto a suas próprias ideias, e acaba por refutar as ideias da referida autora.

() CERTO () ERRADO

Julgue o item, relativo às ideias do texto.

13) Conclui-se do texto que o autor apresenta uma reflexão, de cunho comparativo, acerca das relações estabelecidas entre movimentos sociais ocorridos no Brasil e sua vinculação com determinada doutrina europeia.

(☐) CERTO (☐) ERRADO

Julgue o item, relativo às ideias do texto.

14) O autor defende que, seja na Europa, seja no Brasil, o liberalismo funcionou historicamente como uma ideologia predominantemente contrarrevolucionária.

(☐) CERTO (☐) ERRADO

CESPE - Op Cam TV (FUB)/2015 (e mais 3 concursos)

A sustentabilidade entrou, de forma definitiva, na agenda de debates da sociedade. Um exemplo significativo diz respeito à importância que a sustentabilidade corporativa ganhou nos últimos anos. De conceito vago, tornou-se imperativo para o sucesso das empresas, que precisam, cada vez mais, entregar valor, e não apenas mercadorias, à sociedade.

A sustentabilidade, apesar de intangível, sem existência física, é hoje valor essencial, que se converte em ativo e vantagem competitiva no mundo dos negócios. A sustentabilidade corporativa requer negócios amparados em boas práticas de governança e em benefícios sociais e ambientais, o que influencia os ganhos econômicos, a competitividade e o sucesso das organizações.

O interesse pela sustentabilidade fortalece-se na medida em que a sociedade se dá conta dos limites do modelo de desenvolvimento dependente de recursos não renováveis, no contexto de mudança paulatina dos anseios da sociedade, da busca de segurança energética e de novas possibilidades de produção. Como a população cresce em número e em capacidade de consumo, também aumenta o desejo de que a economia utilize mais recursos de base biológica, recicláveis e renováveis, logo, mais sustentáveis — e essa é a base da bioeconomia.

Maurício Antônio Lopes. **O Brasil na bioeconomia**. In: **Correio Braziliense**. Caderno Política, 14/6/2015, p. 13 (com adaptações).

Com relação ao texto, julgue o próximo item.

15) Infere-se do texto que o paradigma estabelecido pela bioeconomia vai ao encontro do modelo de desenvolvimento econômico dependente de recursos não renováveis.

(☐) CERTO (☐) ERRADO

CESPE - Op Cam TV (FUB)/2015 (e mais 3 concursos)

Queria falar da felicidade, do desejo consciente e inconsciente de ser feliz. É algo que se traz da infância, do companheirismo com a meninada, dos jogos de rua, da molecagem diária. Quanto mais o tempo passa para mim, mais me convenço de como é necessário que todos busquemos ser felizes. São sentimentos para guardar por todo o nosso tempo. A vida real, com suas tragédias e guerras, com o ódio e a competição sem freios, parece nos levar para longe desse objetivo.

Não que se diga “dane-se” ao mundo. Vivemos nele e não devemos nos eximir de responsabilidades, mas a bandeira que carrego, e vejo que muitos dos que amo e admiro também a empunham, é a procura de harmonia na vida pessoal, familiar e social.

Fernando Brant. **Para a boa nova se espalhar**. In: **Correio Braziliense**. Caderno Economia, 14/6/2015, p. 7 (com adaptações).

A respeito das ideias e das estruturas linguísticas do texto, julgue o item subsecutivo.

16) O texto destaca a isenção de obrigações das pessoas para com o mundo material.

() CERTO () ERRADO

CESPE - Diplomata/2015

A distinção entre espetáculo (manifestação legítima da cultura) e simulacro (entretenimento da indústria cultural) tornou-se corrente entre os analistas que se ancoram nos valores modernistas para a compreensão da pós-modernidade. Segundo eles, no campo da produção simbólica e da produção propriamente cultural, a pós-modernidade estaria se manifestando e se definindo pela proliferação abusiva e avassaladora de imagens eletrônicas, de simulacros, e mais e mais estaria privilegiando-os. A distinção entre espetáculo e simulacro é correta e deve ser acatada, pois ajuda a melhor compreender o universo simbólico e cultural dos nossos dias.

Como quer Fredric Jameson em **Pós-modernidade e sociedade de consumo**, o campo da experiência do homem atual se circunscreve às paredes da caverna de Platão: o sujeito pós-moderno já não fita diretamente, com seus próprios olhos, o mundo real à procura do referente, da coisa em si, mas é forçado a buscar as suas imagens mentais do mundo nas paredes do seu confinamento. Para ele, permanece a concepção triádica que temos do signo (significante, significado e referente). No entanto, em lugar de se privilegiar o referente, como acontece nas teorias clássicas e modernistas do realismo, afirma-se a onipresença da imagem, isto é, da cadeia significante. A realidade (se não for abusivo o uso desse conceito neste contexto) se dá a ver mais e mais em representações de representações, como querem ainda os teóricos da pós-modernidade.

A distinção entre espetáculo e simulacro é correta; no entanto, em mãos de teóricos modernos, traz em si uma estratégia de avaliação negativa da pós-modernidade, muitas vezes pouco discreta. Ela visa privilegiar o reino da experiência viva, in corpore, e desclassificar a experiência pela imagem, *in absentia*. Visa também classificar o espetáculo (que se dá em museus, salas de teatro, de concerto etc.) como forma autêntica de cultura e desclassificar o

simulacro (que se dá sobretudo pelo cinema ou vídeo e pela televisão) como arremedo bastardo produzido pela indústria cultural. O primeiro leva à reflexão e o outro serve para matar o tempo. Visa ainda e finalmente a qualificar os meios de comunicação de massa como os principais responsáveis pelo aviltamento da vida pública. Para os idealizadores da distinção e defensores do espetáculo está em jogo preservar a todo custo, numa sociedade que se quer democrática, a possibilidade de uma opinião pública, e esta só pode se dar plena em uma crítica avassaladora dos meios de comunicação de massa, que divulgam à exaustão imagens e mais imagens simulacros — para o consumo indigesto das massas.

Nos países avançados, o jogo entre espetáculo e simulacro, se não tem como vencedor o espetáculo, termina certamente pelo empate. Bibliotecas, museus, salas de teatro, de concerto, competem — e mais importante: convivem —, com as salas de cinema, as locadoras de vídeo e a televisão. Existe público pagante para o espetáculo caríssimo da encenação de uma grande ópera em Berlim, Paris ou Nova Iorque, e existe um grande público não privilegiado (economicamente, geograficamente, culturalmente etc.) para a retransmissão pela TV desse espetáculo ou de outros. Certos “espetáculos” já nem existem como tal, já surgem como simulacros, isto é, produzidos só para a transmissão eletrônica.

No Brasil, a disputa entre espetáculo e simulacro, entre modernidade cultural e sociedade de massa, já tem a sua história. Começa e passa pela discussão em torno do consumo extremamente restrito do produto literário — o livro — pelo mercado brasileiro. Antonio Candido, em ensaio de 1973, publicado em plena ditadura militar e em época de alfabetização pelo Mobral, discutia a relação entre literatura e subdesenvolvimento e chamava a atenção para o fato de que, nos países latino-americanos, criava-se uma “condição negativa prévia” para a fruição de obras literárias — essa condição era o número restrito de alfabetizados.

O escritor moderno, da periferia subdesenvolvida, estava fadado a ser “um produtor para minorias”, já que as grandes massas estavam “mergulhadas numa etapa folclórica de comunicação oral”. Entre parênteses, lembre-se de que, para os pensadores do iluminismo, o acesso à obra de arte e a subsequente fruição dela significavam um estágio superior no processo de emancipação do indivíduo.

Silviano Santiago. **Intensidades discursivas**. In: **O cosmopolitismo do pobre**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p. 125-7 (com adaptações).

17) Com relação às ideias desenvolvidas no texto, julgue (C ou E) o item subsequente.

Infere-se do texto que uma das características marcantes da pós-modernidade é a valorização do referente, no contexto das representações do real.

() CERTO () ERRADO

Com relação às ideias desenvolvidas no texto, julgue (C ou E) o item subsequente.

18) Ao comentar a distinção entre espetáculo e simulacro, o autor demonstra, com base em analistas do tema, como a pós-modernidade se manifesta de modo evidente por meio de uma cultura de espetáculo a ser usufruída pela sociedade.

() CERTO () ERRADO

Com relação às ideias desenvolvidas no texto, julgue (C ou E) o item subsequente.

19) O Brasil, segundo o autor do texto, é um dos países que poderá resolver a oposição entre espetáculo e simulacro, uma vez que “já tem a sua história”.

() CERTO () ERRADO

20) O autor do texto comenta que teóricos modernos da pós-modernidade valorizam a noção de simulacro. Esses mesmos teóricos passam a dirigir críticas à noção de espetáculo (que ocorre, por exemplo, em museus).

() CERTO () ERRADO

21) As expressões latinas “*in corpore*” e “*in absentia*” são utilizadas, no texto, com sentido antitético.

() CERTO () ERRADO

22) O verbo **circunscrever** foi empregado no primeiro período do segundo parágrafo com o sentido de originar, ser a causa de, derivar.

() CERTO () ERRADO

CESPE - Diplomata/2015

Num carro, a caminho do Alto da Boa Vista, sigo com alguns jovens — alguns extremamente jovens — que se embriagam e rompem ampolas de Kelene, em cujo rótulo leio anestesiante. Sim, é fértil em recursos essa mocidade, mas do que precisamente procura ela se anestesiare? Nenhum deles sofre de algum mal profundo — e, no entanto, esse mal pior de não sofrer de mal nenhum... — e são hábeis e versados nessas coisas de éter e entorpecentes, pronunciando esse nome — Kelene — com familiaridade, nome sem dúvida mais que usual nos hospitais, mas que ouço pela primeira vez e onde julgo distinguir inquietas ressonâncias, sombrias previsões, o não sei que tom amputado e doloroso, que reflete salas de hospitais, asilos de alienados e antros escuros de vícios, todos os lugares enfim onde a alma impaciente pode passear sem arroubos finais seus gritos destruidores. Kelene, mesmo inocente, tem, no frio do seu jato efêmero e cristalino, toda uma melodia secreta de delírios fúnebres, alvorecer em êxtase e desabrochamento de deliquescências reprimidas. E o que me espanta é que esses jovens moderados, de atitudes e costumes mais que burgueses, a isto se atirem com gritos de prazer e estremecimentos animais: como que da sombra alguma coisa mais primitiva e mais antiga do que o próprio homem acorda em suas faces necrosadas o gosto do imundo.

Lúcio Cardoso. **Diário completo**. Rio de Janeiro: INL, 1970, p. 194-5 (com adaptações).

Com base nas ideias desenvolvidas no texto acima, julgue (C ou E) o item que se segue.

23) Ao mencionar que o produto Kelene provoca “toda uma melodia secreta de delírios fúnebres” e “alvorecer em êxtase”, o narrador salienta sensações paradoxais relacionadas à morte e à vida, respectivamente.

() CERTO () ERRADO

24) No texto, não há qualquer evidência de que o narrador, possivelmente mais idoso que as demais pessoas que o acompanham, seja usuário do produto descrito.

() CERTO () ERRADO

CESPE - Diplomata/2015

Sei que fazer o inconexo aclara as loucuras.

Sou formado em desencontros.

A sensatez me absurda.

Os delírios verbais me terapeutam.

Posso dar alegria ao esgoto (palavra aceita tudo).

(E sei de Baudelaire que passou muitos meses tenso porque não encontrava um título para os seus poemas.

Um título que harmonizasse os seus conflitos. Até que apareceu **Flores do mal**. A beleza e a dor. Essa antítese o acalmou.)

As antíteses congraçam.

Manoel de Barros. **Livro sobre nada**. Rio de Janeiro: Record, 1997, p. 49.

Julgue (C ou E) o item seguinte, relativo ao poema de Manoel de Barros.

25) O último verso do poema — “As antíteses congraçam” — resume o que a própria composição dos demais versos demonstra.

() CERTO () ERRADO

CESPE - Diplomata/2015

O subúrbio de S. Geraldo, no ano de 192..., já misturava ao cheiro de estrebaria algum progresso. Quanto mais fábricas se abriam nos arredores, mais o subúrbio se erguia em vida própria, sem que os habitantes pudessem dizer que transformação os atingia. Os movimentos já se haviam congestionado e não se poderia atravessar uma rua sem desviar-se de uma carroça que os cavalos vagarosos puxavam, enquanto um automóvel impaciente buzina atrás lançando fumaça. Mesmo os crepúsculos eram agora enfumaçados e sanguinolentos. De manhã, entre os caminhões que pediam passagem para a nova usina, transportando madeira e

ferro, as cestas de peixe se espalhavam pela calçada, vindas, através da noite, de centros maiores. Dos sobrados desciam mulheres despenteadas com panelas, os peixes eram pesados quase na mão, enquanto os vendedores em mangas de camisa gritavam os preços. E quando, sobre o alegre movimento da manhã, soprava o vento fresco e perturbador, dir-se-ia que a população inteira se preparava para um embarque.

Clarice Lispector. A cidade sitiada. Rio de Janeiro: Rocco, 1998, p. 15-6.

Com referência às ideias e às estruturas do texto acima, julgue (C ou E) o item que se segue.

26) No primeiro período do texto, Clarice Lispector, em linguagem figurada, refere-se ao contexto híbrido do subúrbio de S. Geraldo na década de 20 do século passado, resultante da chegada do progresso.

() CERTO () ERRADO

CESPE - Ass Adm (FUB)/2015 (e mais 1 concurso)

Sustentabilidade, crise econômica mundial, mudanças climáticas, escassez de mão de obra, inovação — essas são as palavras-chaves que compõem o vocabulário das mudanças pelas quais passa o mundo e que, inevitavelmente, impõem a cada um de nós a busca por um novo modelo de vida no planeta. Nesse cenário, a educação tem peso de ouro e as universidades passam a assumir um papel fundamental no processo reflexivo da sociedade.

Internet: <www.techoje.com.br> (com adaptações).

Julgue o item a seguir, relativo à tipologia e aos aspectos linguísticos do texto acima.

27) Predomina no texto o tipo textual narrativo.

() CERTO () ERRADO

CESPE - Ass Adm (FUB)/2015 (e mais 1 concurso)

De acordo com pesquisas realizadas em vários países, inclusive no Brasil, especialistas em recursos humanos identificaram os atributos que um funcionário, ou candidato a emprego, deve ter para agradar os superiores e ter sucesso em sua carreira profissional. Excelência na escrita e na expressão verbal é obrigatório. Saber se comunicar de forma clara e precisa, tanto na modalidade escrita quanto na falada, faz toda a diferença. Ser capaz de redigir corretamente relatórios e textos é um atributo valorizado pelos empregadores. Hoje em dia, saber lidar com os computadores também é um item essencial. Na maioria das empresas, saber usar um processador de textos, acessar a Internet, enviar e receber *emails*, operar acessórios eletrônicos inteligentes, são pré-requisitos necessários tanto para contratação quanto para permanência no cargo, e, naturalmente, para eventuais promoções.

Alberto Grimm. Internet: <www.mundosimples.com.br> (com adaptações).

28) No que se refere à tipologia textual e às estruturas linguísticas do texto acima, julgue o item.

Predomina no fragmento o tipo textual injuntivo ou prescritivo, visto que o texto tem como objetivo oferecer orientações ao futuro funcionário.

() CERTO () ERRADO

CESPE - Tec (FUB)/Laboratório/Biologia/2015 (e mais 9 concursos)

Estação do ano mais aguardada pelos brasileiros, o verão não é sinônimo apenas de praia, corpos à mostra e pele bronzeada. O calor extremo provocado por massas de ar quente — fenômeno comum nessa época do ano, mas acentuado na última década pelas mudanças climáticas — traz desconfortos e riscos à saúde. Não se trata somente de desidratação e insolação. Um estudo da Faculdade de Saúde Pública de Harvard (EUA), o maior a respeito do tema feito até o momento, mostrou que as temperaturas altas aumentam hospitalizações por falência renal, infecções do trato urinário e até mesmo sepse, entre outras enfermidades. “Embora tenhamos feito o estudo apenas nos EUA, as ondas de calor são um fenômeno mundial. Portanto, os resultados podem ser considerados universais”, diz Francesca Dominici, professora de bioestatística da faculdade e principal autora do estudo, publicado no jornal Jama, da Associação Médica dos Estados Unidos. No Brasil, não há estudos específicos que associem as ondas de calor a tipos de internações. “Não é só aí. No mundo todo, há pouquíssimas investigações a respeito dessa relação”, afirma Dominici. “Precisamos que os colegas de outras partes do planeta façam pesquisas semelhantes para compreendermos melhor essa importante questão para a saúde pública”, observa.

Internet: <www.correioweb.com.br> (com adaptações).

29) Com relação às ideias e às estruturas do texto acima, julgue o item que se segue.

Elementos presentes no texto permitem classificá-lo como narrativo.

() CERTO () ERRADO

CESPE - Ana TI (FUB)/2015

Anísio Spínola Teixeira nasceu no dia 12 de julho de 1900, em Caetité – BA, onde passou os primeiros anos de vida sob os cuidados da mãe, Anna Spínola Teixeira.

O pai, Deocleciano Pires Teixeira, sonhava que o filho fosse político e o mandou estudar no Rio de Janeiro. Anísio diplomou-se na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro em 1922.

Como educador, Teixeira viajou para a Europa e os Estados Unidos da América para observar os sistemas escolares. No Brasil, defendeu o conceito de escola única, pública e gratuita como forma de garantir a democracia e foi o primeiro a tratar a educação com base filosófica.

Instituiu na Bahia, em 1950, a primeira escola-parque, que procurava oferecer à criança uma escola integral, que cuidasse da alimentação, da higiene, da socialização, além do preparo para o trabalho. Nas escolas-parques, os alunos ainda tinham contato com as artes plásticas. Naquela época, essas aulas eram orientadas por profissionais de renome, como Caribé e Mário Cravo.

Sempre brigou pela democracia na educação. Publicou vários livros defendendo a educação e a cultura para todos. Foi um dos fundadores da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Universidade de Brasília (UnB), da qual foi reitor em 1963.

Candidatou-se à Academia Brasileira de Letras, em 1971, mas faleceu antes da eleição, ao cair no poço do elevador de seu prédio, em 11 de março de 1971, quando saía para visitar Aurélio Buarque de Holanda.

Internet: <www.unb.br> (com adaptações).

Com base nas ideias e estruturas linguísticas do **texto I**, julgue o item subsecutivo.

30) O texto é essencialmente narrativo, haja vista a predominância do emprego de formas verbais no pretérito

() CERTO () ERRADO

[CESPE - AJ TRE GO/Administrativa/2015 \(e mais 1 concurso\)](#)

Muitos ilícitos penais praticados no universo do sistema eleitoral revelam gravidade ofensiva muito maior do que a grande maioria dos crimes previstos no Código Penal e em leis especiais. Essa constatação resulta da pluralidade dos bens jurídicos afetados e da densidade das ofensas. A coação para a obtenção do voto, a falsificação de documento de interesse eleitoral, a ofensa à honra durante a campanha e outras modalidades típicas dos crimes submetidos à jurisdição eleitoral (próprios ou impróprios) revelam consequências danosas de maior repercussão social mesmo quando, previstas somente no Código Penal e em leis especiais, atentem contra bens e interesses coletivos (incolumidade, administração pública etc.).

Vejamos, no parágrafo a seguir, o que nos diz José de Alencar em texto memorável a respeito do sufrágio:

O voto não é, como pretendem muitos, um direito político; é mais do que isso, é uma fração da soberania nacional; é o cidadão. Na infância da sociedade, a vida política absorvia o homem de modo que ele figurava exclusivamente como membro da associação. Quando a liberdade civil despontou, sob a tirania primitiva, surgiu para a criatura racional uma nova existência, muito diversa da primitiva; tão diversa que o cidadão livre se tornava, como indivíduo, propriedade de outrem. Para designar essa fase nova da vida, inteiramente distinta do

cidadão, usaram da palavra, pessoa — *persona*. O voto desempenha atualmente em relação à vida política a mesma função. A sociedade moderna, ao contrário da antiga, dedica-se especialmente à liberdade civil; nações onde não penetrou ainda a democracia já gozam da inviolabilidade

dos direitos privados. Absorvido pela existência doméstica, e pelo interesse individual, o homem não se pode entregar à vida pública senão periodicamente e por breve espaço. Empregando, pois, o termo jurídico em sua primitiva acepção, o voto exprime a pessoa política, como outrora a propriedade foi a pessoa civil, isto é, uma face da individualidade, a face coletiva.

Reforma eleitoral: delitos eleitorais, prestação de contas (partidos e candidatos), propostas do TSE. — Brasília: SDI, 2005, p. 34-5. Internet: <www.tse.jus.br> (com adaptações).

No item a seguir apresenta uma proposta de reescrita de trecho do texto III — indicado entre aspas —, que deve ser julgada certa se estiver gramaticalmente correta e mantiver o sentido do texto, ou errada, em caso contrário.

31) “A coação (...) repercussão social” (l. de 3 a 5): A coação para a obtenção do voto e para a falsificação de documento de interesse eleitoral, a ofensa à honra durante a campanha e outras modalidades típicas dos crimes submetidos à jurisdição eleitoral (próprias ou impróprias) revelam consequências danosas de maior repercussão social

() CERTO () ERRADO

32) “O voto não é, (...) é o cidadão” (l.8): O voto não é um direito político, como pretendem muitos, o voto é mais do que isso, é uma fração da soberania nacional, o voto é o cidadão.

() CERTO () ERRADO

33) No item a seguir apresenta uma proposta de reescrita de trecho do texto III — indicado entre aspas —, que deve ser julgada certa se estiver gramaticalmente correta e mantiver o sentido do texto, ou errada, em caso contrário.

“Quando a liberdade (...) diversa da primitiva” (l. de 9 a 10): Quando a liberdade civil despontou surgiu para a criatura racional, sob a tirania primitiva, uma nova existência, muito diversa da primitiva

() CERTO () ERRADO

34) “O voto (...) a mesma função” (l.12): Atualmente, o voto desempenha a mesma função em relação à vida política

() CERTO () ERRADO

A votação paralela é um mecanismo adotado pela justiça eleitoral para confirmar a credibilidade do sistema de voto eletrônico. Na véspera da eleição, em cada um dos vinte e sete tribunais regionais eleitorais (TREs), são sorteadas uma seção da capital e de duas a quatro seções do interior em cada estado e no Distrito Federal (DF) para a cessão de urnas a serem testadas.

Logo a seguir, os equipamentos são retirados dos seus locais de origem e levados, ainda no sábado, para as sedes dos TREs, onde permanecem sob vigilância.

Na semana que antecede o dia da votação, representantes de partidos políticos são convocados pelos TREs para preencherem certa quantidade de cédulas de votação. Esses votos em cédulas são depositados em urnas de lona lacradas.

Na votação paralela, o conteúdo das cédulas é digitado nas urnas eletrônicas sorteadas. Ao final, confrontam-se os resultados do boletim das urnas eletrônicas com aqueles obtidos no computador.

Os juízes eleitorais, após serem informados pelos magistrados dos TREs de que urnas de sua seção foram sorteadas, providenciam a substituição dos equipamentos por outros do estoque de reserva.

Em cada estado e no DF, há uma comissão de votação paralela para cuidar da organização e condução dos trabalhos, composta por um juiz de direito e quatro servidores da justiça eleitoral.

Por dentro da urna. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2010, 2.a ed., rev. e atual., p. 15-16. Internet: <www.tse.jus.br> (com adaptações).

O item a seguir apresenta uma proposta de reescrita de trecho do texto — indicado entre aspas —, que deve ser julgada certa se estiver gramaticalmente correta e mantiver o sentido do texto, ou errada, em caso contrário.

35) “A votação paralela (...) de voto eletrônico”: O mecanismo adotado pela justiça eleitoral para confirmar a credibilidade do sistema de voto eletrônico é chamado de votação paralela

() CERTO () ERRADO

36) “são sorteadas (...) e no Distrito Federal (DF)”: é sorteada uma seção da capital e entre duas e quatro seções do interior em cada estado e no Distrito Federal (DF)

() CERTO () ERRADO

37) “Na semana (...) cédulas de votação”: Na semana precedente ao dia do sufrágio, os TREs convocam representantes de partidos políticos para preencher determinada quantidade de cédulas de votação

(☐) CERTO (☐) ERRADO

38) “Na votação paralela, (...) nas urnas eletrônicas sorteadas”: Na votação paralela, o conteúdo das cédulas são digitados nas urnas eletrônicas sorteadas

(☐) CERTO (☐) ERRADO

39) “Os juízes eleitorais (...) estoque de reserva”: Os juízes eleitorais, após serem informados pelos magistrados dos TREs de que urnas de sua seção foram sorteadas, procedem à substituição dos equipamentos por outros do estoque de reserva

(☐) CERTO (☐) ERRADO

CESPE - Cont (FUB)/2015 (e mais 6 concursos)

O fator mais importante para prever a *performance* de um grupo é a igualdade da participação na conversa. Grupos em que poucas pessoas dominam o diálogo têm desempenho pior do que aqueles em que há mais troca. O segundo fator mais importante é a inteligência social dos seus membros, medida pela capacidade que eles têm de ler os sinais emitidos pelos outros membros do grupo. As mulheres têm mais inteligência social que os homens, por isso grupos mais diversificados têm desempenho melhor.

*Gustavo Loschpe. **Veja**, 31/12/2014, p. 33 (com adaptações).*

Julgue o item seguinte, referente às ideias e às estruturas linguísticas do texto acima.

40) Preservam-se o sentido e a correção gramatical do texto ao acrescentar **de ideias** após “troca” (I.2) e **do que grupos mais homogêneos** após “melhor” (I.4).

(☐) CERTO (☐) ERRADO

CESPE - APF (DEPEN)/Área 1/2015 (e mais 7 concursos)

É preciso compreender que o preso conserva os demais direitos (educação, integridade física, segurança, saúde, assistência jurídica, trabalho e outros) adquiridos como cidadão, uma vez que a perda temporária do direito de liberdade em decorrência dos efeitos de sentença penal refere-se tão somente à liberdade de ir e vir. Isso, geralmente, não é o que ocorre.

O que se constata é que, na prática, o cidadão preso perde muito mais do que sua liberdade. Perde sua dignidade, é submetido a humilhação e acaba se sentindo um nada.

Internet: <www.lfg.jusbrasil.com.br> (com adaptações).

Em relação às ideias e às estruturas linguísticas do texto, julgue o item que se segue.

41) A substituição de “se constata” por **é constatado** manteria a correção gramatical e o sentido original do texto.

() CERTO () ERRADO

42) A correção gramatical do texto seria preservada, caso o trecho “O que se constata”, no início do segundo parágrafo, fosse reescrito da seguinte forma: O que constata-se.

() CERTO () ERRADO

CESPE - TEFC/Apoio Técnico e Administrativo/Técnica Administrativa/2015

A dimensão “ético-filosófica” do liberalismo denota afirmação de valores e direitos básicos atribuíveis à natureza moral e racional do ser humano. Suas diretrizes se assentam nos princípios da liberdade pessoal, do individualismo, da tolerância, da dignidade e da crença na vida. Já o aspecto “econômico” refere-se, sobretudo, às condições que abrangem a propriedade privada, a economia de mercado, a ausência ou minimização do controle estatal, a livre empresa e a iniciativa privada. Ainda como parte integrante desse referencial, encontram-se os direitos econômicos, representados pelo direito de propriedade, o direito de herança, o direito de acumular riqueza e capital. Por último, a perspectiva “político-jurídica” do liberalismo está calcada em princípios básicos como: consentimento individual, representação política, divisão dos poderes e descentralização administrativa, entre outros.

Tendo presente essas asserções genéricas, podemos compreender melhor as ambiguidades e os limites do liberalismo brasileiro, porquanto, desde os primórdios, ele teve de conviver com uma estrutura político-administrativa patrimonialista e com uma dominação econômica escravista das elites agrárias. Emília Viotti da Costa defende que não se deve realçar em demasia a importância das ideias liberais europeias nas convulsões sociais ocorridas no Brasil (Inconfidência Mineira, Revolução Pernambucana etc.) desde fins do século XVIII, pois tais movimentos não chegaram a ter grande alcance ideológico. Para a autora, a nova doutrina era de conhecimento limitado entre determinados segmentos revolucionários. O que importa ter em vista é essa distinção entre o liberalismo europeu, como ideologia revolucionária articulada por novos setores emergentes e forjados na luta contra os privilégios da nobreza, e o liberalismo brasileiro, uma versão mais restrita do liberalismo europeu.

Antonio Wolkmer. **História do direito no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2003, p. 63-4 (com adaptações).

43) Julgue o item que se segue, referente aos sentidos e a aspectos gramaticais do texto.

O terceiro período do primeiro parágrafo do texto poderia ser corretamente reescrito da seguinte forma: Agora cita-se o aspecto econômico relacionado, por princípio, a condições relativas à propriedade privada, a economia de mercado, a ausência ou minimização do controle estatal, a livre empresa e a iniciativa privada.

() CERTO () ERRADO

CESPE - AUFC/Controle Externo/Auditoria Governamental/2015 (e mais 1 concurso)

No dia 4 de maio de 2015, a Lei Complementar Federal n.º 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal ou simplesmente LRF, completou quinze anos. Embora devamos comemorar a consolidação de uma nova cultura de responsabilidade fiscal por grande parte dos nossos gestores, o momento também é propício para reflexões sobre o futuro desse diploma.

Para a surpresa de muitas pessoas, acostumadas a ver em nosso país tantas leis que não saem do papel, a LRF, logo nos primeiros anos, atinge boa parte de seus objetivos, notadamente em relação à observância dos limites da despesa com pessoal, o que permitiu uma descompressão da receita líquida e propiciou maior capacidade de investimento público. O regulamento marca avanços também no controle de gastos em fins de gestão e em relação ao novo papel que as leis de diretrizes orçamentárias passaram a desempenhar.

Não obstante todos os avanços, o momento exige cautela e reflexões. Como toda debutante, a LRF passa por alguns importantes conflitos existenciais. É quase consenso, no meio acadêmico e entre os órgãos de controle, a necessidade de seu aperfeiçoamento em alguns pontos. Há que se ponderar, contudo, sobre o melhor momento para os necessários ajustes normativos. Realizar mudanças permanentes na lei por conta de circunstâncias excepcionais e episódicas não parece recomendar o bom senso.

Valdecir Pascoal. **Os 15 anos da Lei de Responsabilidade Fiscal**. In: **O Estado de S.Paulo**, 5/maio/2015. Internet: <<http://politica.estadao.com.br>> (com adaptações).

44) No que se refere às ideias e aos aspectos linguísticos do texto acima, julgue o item.

A correção gramatical e o sentido original do texto seriam mantidos se o trecho “Para a surpresa (...) de seus objetivos” fosse reescrito da seguinte forma: É atingido, logo nos primeiros anos, boa parte dos objetivos da Lei de Responsabilidade Fiscal, resultado esse que gera surpresa em muitas pessoas, acostumadas, em nosso país, a ver que tantas leis não saem do papel.

() CERTO () ERRADO

CESPE - Op Cam TV (FUB)/2015 (e mais 3 concursos)

A sustentabilidade entrou, de forma definitiva, na agenda de debates da sociedade. Um exemplo significativo diz respeito à importância que a sustentabilidade corporativa ganhou nos últimos anos. De conceito vago, tornou-se imperativo para o sucesso das empresas, que precisam, cada vez mais, entregar valor, e não apenas mercadorias, à sociedade.

A sustentabilidade, apesar de intangível, sem existência física, é hoje valor essencial, que se converte em ativo e vantagem competitiva no mundo dos negócios. A sustentabilidade corporativa requer negócios amparados em boas práticas de governança e em benefícios sociais e ambientais, o que influencia os ganhos econômicos, a competitividade e o sucesso das organizações.

O interesse pela sustentabilidade fortalece-se na medida em que a sociedade se dá conta dos limites do modelo de desenvolvimento dependente de recursos não renováveis, no contexto de mudança paulatina dos anseios da sociedade, da busca de segurança energética e de novas possibilidades de produção. Como a população cresce em número e em capacidade de consumo, também aumenta o desejo de que a economia utilize mais recursos de base biológica, recicláveis e renováveis, logo, mais sustentáveis — e essa é a base da bioeconomia.

Maurício Antônio Lopes. **O Brasil na bioeconomia**. In: **Correio Braziliense**. Caderno Política, 14/6/2015, p. 13 (com adaptações).

Com relação ao texto, julgue o próximo item.

45) Sem prejuízo à correção gramatical e ao sentido original do texto, a expressão “na medida em que” poderia ser substituída por **à medida que**.

() CERTO () ERRADO

[CESPE - Op Cam TV \(FUB\)/2015 \(e mais 3 concursos\)](#)

Constitui alento a informação de que sete universidades brasileiras figuram entre as doze melhores da América Latina. Duas ocupam o pódio: em primeiro lugar, está a Universidade de São Paulo (USP); em segundo, a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). A Universidade de Brasília (UnB) ocupa a décima posição, seguida pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Elaborada pela Quacquarelli Symonds (QS), entre 400 instituições, a pesquisa leva em consideração sete critérios, dois dos quais têm peso maior: reputação acadêmica e reconhecimento no mercado de trabalho. Os demais — relação entre número de funcionários e alunos, citações na Internet, volume de informações na Web, professores com doutorado e presença *online* — têm peso igual na ponderação.

O levantamento mostra significativo avanço da UnB. No ano passado, a instituição brasileira aparecia na 17.^a posição. O salto qualitativo deve-se a três fatores: o corpo docente, o impacto na Internet e a reputação acadêmica. Chama atenção a baixa pontuação no parâmetro

citações na Internet, que tem custado alto preço às universidades brasileiras. De zero a cem, a UnB ficou com 44,6.

Ser objeto de referência, seja na Web, seja em publicações científicas, constitui fator importante em avaliações globais.

Ana Dubeux. **Universidade além da fronteira regional**. In: **Correio Braziliense**. Caderno Economia, 14/6/2015, p. 12 (com adaptações).

46) A respeito das ideias e das estruturas linguísticas do texto, julgue o item subsecutivo.

Na linha 1, o vocábulo “alento” poderia ser substituído por **desânimo**, sem prejuízo para o sentido original do texto.

() CERTO () ERRADO

CESPE - TJ TRE GO/Administrativa/"Sem Especialidade"/2015 (e mais 1 concurso)

O Decreto n.º 1 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, primeiro Código Eleitoral pátrio, instituiu a justiça eleitoral no Brasil, com funções contenciosas e administrativas. Eram seus órgãos: um Tribunal Superior (de justiça eleitoral — o decreto não menciona justiça eleitoral), na capital da República; um tribunal regional, na capital de cada estado, no DF e na sede do governo do território do Acre, além de juízes eleitorais nas comarcas e nos distritos. O Tribunal Superior — de justiça eleitoral — com jurisdição em todo o território nacional, compunha-se de oito membros efetivos e oito substitutos, e era presidido pelo vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF). **A ele se somavam** dois membros efetivos e dois substitutos, sorteados dentre os ministros do STF, além de dois efetivos e dois substitutos, sorteados dentre os desembargadores da Corte de Apelação do DF. Por fim, integravam a Corte três membros efetivos e quatro substitutos, escolhidos pelo chefe do governo provisório dentre quinze cidadãos, indicados pelo STF, desde que atendessem aos requisitos de notável saber jurídico e idoneidade moral.

Dentre seus membros, elegia o Tribunal Superior, em escrutínio secreto, por meio de cédulas com o nome do juiz e a designação do cargo, um vice-presidente e um procurador para exercer as funções do Ministério Público, tendo este último a denominação de procurador-geral da justiça eleitoral. Em relação a esse cargo, nota-se uma peculiaridade, à época da criação do Tribunal Superior: o procurador-geral da justiça eleitoral não era o procurador-geral da República, mas sim um membro do próprio tribunal.

As formas de composição do TSE: de 1932 aos dias atuais. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, Secretaria de Gestão da Informação, 2008, p. 11. Internet: <www.tse.jus.br> (com adaptações).

Com referência às estruturas linguísticas do texto, julgue o item a seguir.

47) A correção gramatical do texto seria preservada caso se pospusesse, nas linhas 5 e 6, o pronome “se” à forma verbal “somavam”, da seguinte forma: **somavam-se**.

() CERTO () ERRADO

CESPE - Ass Adm (FUB)/2015 (e mais 1 concurso)

A autonomia da universidade, requisito para a realização da ideia de universalidade, não significa que a instituição se afasta do contexto social no qual está inserida. A independência, como distanciamento crítico, possibilita, ao contrário, que esse contexto possa ser pensado como um polo de relações que não se confunde com qualquer conjunto de interesses particulares, sejam eles mercadológicos, empresariais ou políticos. O afastamento ocorreria precisamente **se** a universidade servisse imediatamente a determinados interesses, com exclusão de todos os outros que integram uma sociedade complexa e contraditória.

48) Em relação ao fragmento de texto acima, julgue o item subsequente.

Na linha 4, o termo “se” é de natureza condicional.

() CERTO () ERRADO

CESPE - Ana MPU/Apoio Técnico Administrativo/Atuarial/2015 (e mais 2 concursos)

A persecução penal se desenvolve em duas fases: uma fase administrativa, de inquérito policial, e uma fase jurisdicional, de ação penal. Assim, nada mais é o inquérito policial que um procedimento administrativo destinado a reunir elementos necessários à apuração da prática de uma infração penal e de sua autoria. Em outras palavras, o inquérito policial é um procedimento policial que tem por finalidade construir um lastro probatório mínimo, ensejando justa causa para que o titular da ação penal possa formar seu convencimento, a *opinio delicti*, e, assim, instaurar a ação penal cabível. Nessa linha, percebe-se que o destinatário imediato do inquérito policial é o Ministério Público, nos casos de ação penal pública, e o ofendido, nos casos de ação penal privada.

De acordo com o conceito ora apresentado, para que o titular da ação penal possa, enfim, ajuizá-la, é necessário que haja justa causa. A justa causa, identificada por parte da doutrina como uma condição da ação autônoma, consiste na obrigatoriedade de que existam prova acerca da materialidade delitiva e, ao menos, indícios de autoria, de modo a existir fundada suspeita acerca da prática de um fato de natureza penal. Dessa forma, é imprescindível que haja provas acerca da possível existência de um fato criminoso e indicações razoáveis do sujeito que tenha sido o autor desse fato.

Evidencia-se, portanto, que é justamente na fase do inquérito policial que serão coletadas as informações e as provas que irão formar o convencimento do titular da ação penal, isto é, a *opinio delicti*. É com base nos elementos apurados no inquérito que o promotor de justiça, convencido da existência de justa causa para a ação penal, oferece a denúncia, encerrando a fase administrativa da persecução penal.

Hálinna Regina de Lira Rolim. **A possibilidade de investigação do Ministério Público na fase**

pré-processual penal. Artigo científico. Rio de Janeiro: Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, 2010, p. 4. Internet : <www.emerj.tjrj.jus.br>. (com adaptações).

49) Julgue o item que se segue, a respeito das estruturas linguísticas do texto.

Haveria prejuízo à correção gramatical do texto, se o vocábulo “que” fosse substituído por onde.

() CERTO () ERRADO

CESPE - Op Cam TV (FUB)/2015 (e mais 3 concursos)

Constitui alento a informação de que sete universidades brasileiras figuram entre as doze melhores da América Latina. Duas ocupam o pódio: em primeiro lugar, está a Universidade de São Paulo (USP); em segundo, a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). A Universidade de Brasília (UnB) ocupa a décima posição, seguida pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Elaborada pela Quacquarelli Symonds (QS), entre 400 instituições, a pesquisa leva em consideração sete critérios, dois dos quais têm peso maior: reputação acadêmica e reconhecimento no mercado de trabalho. Os demais — relação entre número de funcionários e alunos, citações na Internet, volume de informações na Web, professores com doutorado e presença *online* — têm peso igual na ponderação.

O levantamento mostra significativo avanço da UnB. No ano passado, a instituição brasileira aparecia na 17.^a posição. O salto qualitativo deve-se a três fatores: o corpo docente, o impacto na Internet e a reputação acadêmica. Chama atenção a baixa pontuação no parâmetro citações na Internet, que tem custado alto preço às universidades brasileiras. De zero a cem, a UnB ficou com 44,6.

Ser objeto de referência, seja na Web, seja em publicações científicas, constitui fator importante em avaliações globais.

Ana Dubeux. **Universidade além da fronteira regional.** In: **Correio Braziliense.** Caderno Economia, 14/6/2015, p. 12 (com adaptações).

A respeito das ideias e das estruturas linguísticas do texto, julgue o item subsequente.

50) As relações estabelecidas pelo emprego da expressão “seja (...) seja”, que poderia ser corretamente substituída pelo par **quer (...) quer**, indicam termos sintaticamente dependentes entre si.

() CERTO () ERRADO

Gabarito:

01. E
02. E
03. E
04. E
05. E
06. C
07. C
08. C
09. E
10. C
11. E
12. E
13. C
14. E
15. E
16. E
17. E
18. E
19. E
20. E
21. C
22. E
23. C
24. C
25. C
26. C
27. E
28. E
29. E
30. C
31. E
32. E
33. E
34. C
35. E
36. C
37. C
38. E
39. C
40. C
41. C
42. E
43. E

- 44. E
- 45. E
- 46. E
- 47. C
- 48. C
- 49. C
- 50. E